



Comissão de Economia e Obras Públicas

SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

Dia: 03 de janeiro de 2012

Hora: 11h30

ENTIDADE: Indústria de Têxteis Somelos (delegação composta por: Sr. Carlos Almeida Santos)

ASSUNTO: O sector têxtil e o futuro da cogeração

Recebido por:

Deputados Nuno Matias (PSD), Duarte Cordeiro (PS), Hélder Amaral (CDS-PP), João Paulo Viegas (CDS-PP) e Agostinho Lopes (PCP).

O Senhor Deputado Nuno Matias (PS), coordenador do Grupo de Trabalho, deu as boas-vindas ao representante da indústria de têxteis Somelos, que passou a expor os motivos que suscitaram o pedido de audiência.

Na sua intervenção, o representante da indústria de têxteis Somelos começou por esclarecer que falava em representação de um conjunto de empresas de têxteis, a maioria delas exportadoras e utilizadoras de energia da cogeração. Fez uma apresentação em Powerpoint, relativa à utilização e impacto da cogeração na atividade industrial têxtil. Refutou as acusações que são normalmente feitas à cogeração e realça o seu contributo para a obtenção de lucros na área têxtil. Referiu que nos últimos 20 anos a cogeração está ligada à indústria têxtil, com diminuição de custos de estrutura e de exploração. O sector têxtil representa mais de 6000 milhões de euros de volume de negócio, mais de metade dos quais são para exportação, representando 11% das exportações nacionais, com 150 000 trabalhadores diretos. São, assim, um contribuinte líquido para a balança de pagamento.

No que toca aos custos de produção, a fatura da energia representa cerca de 15% a 20% dos custos de uma empresa industrial. Daí a importância, peso e validade da cogeração em relação a outros tipos de energia nesta área. Considerou a cogeração fundamental para a competitividade das empresas têxteis, contribuindo, em simultâneo, para a estratégia de independência energética nacional. Defendeu ainda uma adequada remuneração da cogeração, considerando os custos evitados, os investimentos feitos e os riscos que envolve.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Hélder Amaral (CDS-PP), para agradecer a presença, defender que, tendo em conta os custos no apoio às energias renováveis, o mecanismo de apoio tem de ser feito com rigor e equilíbrio, no sentido de as empresas continuarem a produzir energia por cogeração, utilizando-a para seu uso próprio e não para a



Comissão de Economia e Obras Públicas

vender a preços mais altos à rede e recompra-la a preços mais baixos, tendo concluído que o seu partido é favorável a apoios pontuais a tecnologias maduras e defendendo o reforço da fiscalização e bom uso desta energia; Duarte Cordeiro (PS), para saudar agradecer a presença, subscrever a intervenção do orador antecedente, defendendo a necessidade de fazer uma reflexão para tentar conjugar os efeitos positivos da cogeração com a diminuição de alguns dos fatores de formação do preço da energia que podem advir dos apoios à cogeração; Agostinho Lopes (PCP) para agradecer presença, expressar preocupação com o atraso na publicação da portaria relativa à cogeração, criticar a visão parcelar na abordagem deste tema, por parte do Governo, defender a fiscalização das situações de cogeração que existem, para referir que o PCP tem questionado a situação de aumento dos lucros da EDP mesmo durante a situação de crise profunda que se vive, e para referir a questão da subida da taxa de acesso às redes e suas implicações na competitividade das empresas; e Nuno Matias (PSD), para informar que o PSD tem preocupação quanto ao apoio real que as boas sinergias dos processos produtivos podem obter, para referir que o défice tarifário deve ser combatido de forma estrutural, mas sem partir do princípio que toda e qualquer atividade tem efeito pernicioso nesse défice tarifário, para afirmar que compreende que há apoios mais justificáveis e há outros que não devem ser imputáveis ao consumidor final, para referir que o PSD está atento a esta matéria, bem como o Governo, e defender que a energia tem de estar ao serviço da indústria e das pessoas e os apoios têm de ser pensados e não podem ser atribuídos de forma cega.

O representante da indústria de têxteis Somelos referiu que quando se fala em défice tarifário está a referir-se um défice interno, que resulta de um desequilíbrio entre o que os agentes internos têm a receber e a pagar, quando, na cogeração, se deveria falar em défice nacional, e a esse nível a cogeração contribui para uma poupança de 15% em termos de toneladas de petróleo importadas. Afirmou também que há um conjunto de empresas a fazer investimentos na cogeração e na parte têxtil para potenciar o aproveitamento das energias renováveis que tem possibilitado a sua sobrevivência. Reforçou ainda a integração da cogeração na estrutura da indústria têxtil, com um papel fundamental na sua competitividade. Concluiu realçando os custos de investimento por quem opta por esta energia e o que ela representa para quem nela investe e os benefícios que traz para o país.

A audiência não foi gravada, por questões de ordem técnica.

Palácio de São Bento, em 03 de janeiro de 2012

O Coordenador do Grupo de Trabalho

(Nuno Matias)